**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

PROCURADORIA

**PARECER Nº 174/17.**

## PROCESSO Nº 944/17.

**PLL Nº 101/17.**

#  É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei do Executivo em epígrafe, que revoga a Lei nº 8.534, de 25 de junho de 2000, que dispõe sobre a afixação de mapas da cidade de Porto Alegre nos postos de gasolina.

 Na forma do que dispõe a Carta Magna, é da competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I).

 A Lei Orgânica, por sua vez, determina a competência do Município para prover tudo quanto concerne ao interesse local e para estabelecer suas leis, decretos e atos relativos aos assuntos de interesse local (artigo 9º, incisos II e III).

 A matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice jurídico à tramitação.

 É o parecer, *sub censura*.

 Á Diretoria Legislativa, para processamento na forma regimental.

Em 05 de março de 2017.

Claudio Roberto Velasquez

Procurador-Geral–OAB/RS 18.594

.